



BARATIERI
ADVOGADOS

OUTUBRO - 2021

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

MILITAR

O Informativo de jurisprudência produzido pela Baratieri Advogados, de periodicidade mensal, constitui-se em veículo de divulgação de decisões relevantes envolvendo os militares.

Acompanhe as principais jurisprudências do TJSC, STJ e STF a respeito do tema.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC)

TEMPO DE SERVIÇO MILITAR PRESTADO EM OUTRO ESTADO PODE SER UTILIZADO APENAS PARA INGRESSO NA RESERVA REMUNERADA

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PLEITO PARA QUE SEJA CONSIDERADO “COMO EFETIVO” O TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, ANTES DO INGRESSO NA PMSC. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL NESSE SENTIDO. LAPSO QUE CONTA APENAS PARA O INGRESSO NA RESERVA. DESPROVIMENTO. (TJSC, Apelação n. 5001423-53.2021.8.24.0090, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 26-10-2021).

Leia mais

SITUAÇÃO DE FLAGRÂNCIA PERMITE A ENTRADA DE POLICIAL NA RESIDÊNCIA, PORTANTO, NÃO GERA O DEVER DE INDENIZAR

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - MORTE - INDICATIVOS ELOQUENTES DE LEGÍTIMA DEFESA DA PARTE DE POLICIAL MILITAR - SITUAÇÃO DE FLAGRÂNCIA - IMPROCEDÊNCIA RATIFICADA. O Estado não deve matar; mas a legítima defesa é excludente de ilicitude que retira a reprovabilidade da conduta do agente público e se estende à Administração. No caso dos autos, há indicativos eloquentes da proteção da

própria vida do policial militar. Chamada a corporação em face de disparos de arma de fogo em via pública e ameaças a adolescentes, o suspeito estava abrigado em uma casa, o que caracterizada a flagrância que permitiria a prisão. Os PMs ingressaram na casa e se depararam com o suspeito armado (é a versão mais contundente). O resultado trágico não pode ser imputado ao Estado de Santa Catarina. Recurso desprovido. (TJSC, Apelação n. 0305211-85.2017.8.24.0039, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. 26-10-2021).

[Leia mais](#)

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA É LIMITADO À RENDA MENSAL BRUTA DE ATÉ 3 (TRÊS) SALÁRIOS MÍNIMOS

APELAÇÃO CÍVEL. IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DO ENTE FEDERADO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ELEMENTOS DE PROVA CONTRÁRIOS À CONCESSÃO DA BENESSE. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. RENDA MENSAL BRUTA SUPERIOR A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESUNÇÃO DERRUÍDA. CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA. PRECEDENTES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0005260-36.2015.8.24.0019, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Diogo Pítsica, Quarta Câmara de Direito Público, j. 21-10-2021).

[Leia mais](#)

A CONDUTA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL ÀS AGRESSÕES CONFIGURA ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. AÇÃO POLICIAL. VIOLÊNCIA. CONDUÇÃO À DELEGACIA. ABUSO DE PODER. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DOS REQUERENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CONJUNTO PROBATÓRIO. LESÕES CORROBORADAS. OCORRÊNCIA ANTERIOR. PERTURBAÇÃO À ORDEM PÚBLICA. HOMEM EMBRIAGADO. ENVOLVIMENTO EM

ACIDENTE AUTOMOTIVO. DETENÇÃO. FAMILIARES ARMADOS. TENTATIVA DE RESGATE. POLÍCIA MILITAR. USO PROGRESSIVO DA FORÇA. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. EXAGERO NÃO VERIFICADO. RESPOSTA ESTATAL RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. DECISUM COMBATIDO. MANUTENÇÃO. HONORÁRIOS RECURSAIS. VERBA SUCUMBENCIAL MAJORADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0300523-84.2014.8.24.0007, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Diogo Pítsica, Quarta Câmara de Direito Público, j. 21-10-2021).

[Leia mais](#)

IMPOSSIBILIDADE DE MANTER OS PROVENTOS DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR COM O NOVO REGIME REMUNERATÓRIO DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 765/2020

MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. REGIME REMUNERATÓRIO ESPECIAL. LCE N. 765/2020. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. RECEBIMENTO DOS PROVENTOS CORRESPONDENTES AO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. CONJUGAÇÃO COM A NOVA TABELA. SISTEMA HÍBRIDO. IMPOSSIBILIDADE. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. PRESERVAÇÃO. PRECEDENTES DO TJSC. UNIFORMIZAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. SEGURANÇA DENEGADA. (TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5000047-11.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Diogo Pítsica, Quarta Câmara de Direito Público, j. 21-10-2021).

[Leia mais](#)

RECONHECIMENTO DA PARIDADE DE VENCIMENTOS A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 70/2012 PARA PENSIONISTA DE POLICIAL MILITAR

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. RETORNO DO PROCESSO AO ÓRGÃO JULGADOR, PARA REALIZAÇÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO (ART. 1.040, INC. II, DO CPC). MANDADO DE SEGURANÇA. VIÚVA PENSIONISTA DE EX-SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO, OCUPANTE DO CARGO DE POLICIAL MILITAR, APOSENTADO POR INVALIDEZ. PRETENDIDA IGUALDADE DOS PROVENTOS COM OS SERVIDORES DA ATIVA. JULGADO

QUE DEU PARCIAL PROCEDÊNCIA AOS ACLARATÓRIOS, RECONHECENDO A PARIDADE A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 70/2012. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. JUÍZO DE ADEQUAÇÃO. POSICIONAMENTO EM CONFORMIDADE COM O TEMA N. 754, DO STF. PRECEDENTES. “O servidor ingressou no serviço público em 1967 e foi reformado por invalidez em 1973. O falecimento, todavia, ocorreu em 2010, já na vigência da EC 41/2003. A EC 70/2012 possibilitou a revisão favorável não só aos segurados, mas, na mesma medida, aos dependentes que pelo princípio do tempus regit actum não teriam direito à paridade. A orientação não conflita com o que restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 396), tendo em conta que o instituidor da pensão, militar reformado, foi inserido na reserva por força de invalidez física. Juízo de retratação negativo.” (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0302829-07.2016.8.24.0023, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. em 23/02/2021). JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO. ARESTO OBJURGADO MANTIDO. (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0305417-21.2015.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Fernando Boller, Primeira Câmara de Direito Público, j. 19-10-2021).

Leia mais

POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO NO QUADRO GERAL E À SIMULTÂNEA ASCENSÃO FUNCIONAL NO QUADRO ESPECIAL

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROMOÇÃO À GRADUAÇÃO DE 3º SARGENTO CONDICIONADA À DESISTÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO. EDITAL N. 27/DIE/2017. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA E NO CERTAME. DIREITO À PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO NO QUADRO GERAL E À SIMULTÂNEA ASCENSÃO FUNCIONAL NO QUADRO ESPECIAL. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. SENTENÇA REFORMADA. CONJECTÁRIOS LEGAIS. JUROS DE MORA APLICADOS DE ACORDO COM OS ÍNDICES DA CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/1997, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 11.960/2009, DECLARADA PELO STF. ENTENDIMENTO CONSAGRADO NO TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. INCIDÊNCIA

DO IPCA-E. REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. EXEGESE DO ART. 85, § 4º, II, DO CPC/2015. MONTANTE A SER DEFINIDO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5002771-06.2021.8.24.0091, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. 19-10-2021).

[Leia mais](#)

IMPOSSIBILIDADE DE RECEBER AUXÍLIO INVALIDEZ APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO SUBSÍDIO

APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR REFORMADO POR INCAPACIDADE FÍSICA. PRETENSÃO DE RESTABELECER O PAGAMENTO DO AUXÍLIO INVALIDEZ, INSTITUÍDO PELO ART. 90, DA LEI N. 5.645/1979 E PERCEBIDO NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DO SOLDADO. VANTAGEM SUPRIMIDA A PARTIR DE AGOSTO DE 2014, COM A ENTRADA EM VIGOR DA LEI COMPLEMENTAR N. 614/2013, QUE FIXOU O SUBSÍDIO DOS MILITARES ESTADUAIS EM PARCELA ÚNICA, VEDANDO O ACRÉSCIMO DE QUAISQUER ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS, RESSALVADAS AS VERBAS PREVISTAS NO ART. 3º, DENTRE AS QUAIS NÃO ESTÁ ELENCADO O AUXÍLIO INVALIDEZ. BENEFÍCIO, ADEMAIS, QUE NÃO FOI INCORPORADO AO SUBSÍDIO (ART. 4º) E RESTOU EXPRESSAMENTE REVOGADO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 614/2013 (ART. 27). VANTAGEM QUE NÃO SE CONFUNDE COM A INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE, INSTITUÍDA PELA LEI N. 14.825/2009 E RESGUARDADA PELO ART. 3º, DA LEI COMPLEMENTAR N. 614/2013. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO REGIME JURÍDICO. AUSÊNCIA DE DECESSO REMUNERATÓRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0310872-84.2016.8.24.0005, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 19-10-2021).

[Leia mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS POR PRISÃO ADMINISTRATIVA QUANDO O PAD É ANULADO

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRISÃO ADMINISTRATIVA. POLICIAL MILITAR. VALOR DOS DANOS MORAIS. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 7 DO STJ. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. I - Na origem, trata-se de ação ajuizada contra o Estado de Alagoas objetivando indenização por danos morais, em razão dos constrangimentos sofridos pelo autor com a prisão administrativa/disciplinar que lhe foi imposta por 30 dias, decorrente do Processo Disciplinar. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal a quo, a sentença foi reformada para condenar o Estado na indenização por danos morais no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Nesta Corte, deu-se provimento ao recurso especial para majorar o valor da indenização para R\$ 15.000, 00 (quinze mil reais). [...] VII - In casu, fato incontroverso nos autos, ao autor da demanda, policial militar foi imposta a prisão por 30 dias como medida punitiva de suposta transgressão disciplinar e, ao final, o respectivo procedimento administrativo foi anulado. O acórdão fixou o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a título indenizatório. VIII - Diante do confronto com a jurisprudência desta Corte no tocante ao quantum indenizatório a título de danos morais, constata-se plenamente plausível a majoração dessa verba para o montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor este que guarda o genuíno propósito da medida, não implicando o enriquecimento ilícito do recorrente, tampouco em oneração excessiva do Estado recorrido. IX - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1932977/AL, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2021, DJe 25/10/2021)

[Leia mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

HOMICÍDIO DOLOSO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIL É JULGADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MATÉRIA CRIMINAL. HOMICÍDIO DOLOSO CONTRA CIVIL PRATICADO POR MILITAR. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM. TRIBUNAL DO JÚRI. ACÓRDÃO RECORRIDO DESTOA DA JURISPRUDÊNCIA DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Compete ao Juízo do Tribunal do Júri, e não à Justiça Castrense, decidir sobre a ocorrência ou não de crime doloso contra a vida praticado por policiais militares contra civil e, por consequência lógica, deliberar sobre a presença dos elementos do suposto crime. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (RE 1330424 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 27/09/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-212 DIVULG 25-10-2021 PUBLIC 26-10-2021)

[Leia mais](#)



BARATIERI

ADVOGADOS

NOEL ANTÔNIO BARATIERI

OAB/SC 16.462

MAICON JOSÉ ANTUNES

OAB/SC 39.011

LUIZ FÁBIO TAVARES DE JESUS

OAB/SC 41.029

JUSTINIANO PEDROSO

OAB/SC 4.545

NATÁLIA CASAGRANDE DA SILVA

OAB/SC 61.131

FERNANDO MINCATO DANIEL

OAB/SC 57.842